

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE FUTURA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS 128 MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ OPERADOS PELA CAGECE, REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2025, NO AUDITÓRIO CARLOS ALBERTO STUDART GOMES – BS DESIGN.

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS MELINA PINTO: Senhoras e senhores, bom dia! Sejam todos bem vindos à audiência pública para a concessão administrativa dos serviços necessários para a universalização do esgotamento sanitário de 128 municípios do interior do Estado do Ceará, atendidos pela Cagece, integrantes do Bloco 1 a 5.

O objetivo dessa audiência é colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do projeto. Além da forma presencial, a audiência pública poderá ser acompanhada via transmissão YouTube, com possibilidade de participação remota e de qualquer interessado. Para tanto, quem estiver participando online, solicitamos o registro de presença no chat e atenção para o QR Code disponibilizado na transmissão para registro das contribuições. Para quem está participando presencialmente, o QR Code está disponibilizado de forma impressa nas instalações do auditório. Para isso, basta apontar a câmera do celular ao QR Code.

Eventualmente, quem estiver impossibilitado de acesso ao QR Code poderá solicitar o formulário físico para registrar sugestões e contribuições. As contribuições da audiência deverão ser registradas em até 10 minutos após o término da apresentação do projeto. Para todos os casos de participação presencial ou online, as solicitações serão atendidas de acordo com o limite disponível de tempo na audiência pública. Serão respondidas de forma consolidada com as demais contribuições da consulta pública. Em caso de exceder o horário programado, as solicitações deverão ser objetivas. Perguntas semelhantes e complementares poderão ser agrupadas para respostas em bloco. Perguntas iguais não serão novamente respondidas.

Quero agradecer a presença dos diretores e superintendentes da Cagece aqui presentes. Vamos agora assistir o vídeo institucional do projeto.

(Exibição de vídeo institucional)

“Tem coisas que são essenciais para a vida. Água tratada e esgotamento sanitário são algumas delas. Aumentar o acesso a esses serviços é diminuir doenças e a mortalidade infantil. A Cagece trabalha para melhorar a qualidade do esgotamento sanitário e da água para trazer cada vez mais saúde, bem-estar, dignidade e qualidade de vida aos cearenses. Hoje, a Cagece,

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE FUTURA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS 128 MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ OPERADOS PELA CAGECE, REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2025, NO AUDITÓRIO CARLOS ALBERTO STUDART GOMES – BS DESIGN.

leva esgotamento sanitário e abastecimento de água para 152 municípios. São 2,9 milhões de pessoas beneficiadas com esgotamento sanitário, através de uma rede coletora com cerca de 6 mil quilômetros de extensão. E em breve vai chegar ainda mais longe. Nossa meta é universalizar o esgotamento sanitário até 2033, atendendo a 90% da população nos municípios onde a Cagece atua. Cumprindo assim as metas do Marco Legal do Saneamento. Como tornar isso possível? Com parcerias público-privadas, onde a Cagece concede administrativamente os serviços de esgotamento sanitário para as empresas vencedoras da licitação, que firmam o compromisso de investir, realizar obras e operação dos sistemas de esgotamento sanitário, prezando pela eficiência e respeitando cronogramas e rigorosos processos de cuidado com o meio ambiente. E vale lembrar, PPP não é privatização. Olha só os serviços que serão prestados nas concessões. Somando todos os esforços, essa será a maior PPP de esgotamento sanitário do Brasil em investimentos. Serão 6,88 bilhões de reais investidos pela Cagece para universalizar o esgoto em todo o Ceará. Um valor grandioso, impactando 128 municípios cearenses. Agora em cinco blocos. Norte-Litorâneo, Centro-Sul, Centro-Leste, Três Climas-Macijo e Sertões de Crateús-Ibiapaba. As novas PPPs podem gerar mais de 27 bilhões de reais em benefícios econômicos-sociais para o Estado, considerando os impactos indiretos em áreas como saúde, turismo, trabalho, imóveis e arrecadação de impostos. E para fazer o saneamento virar ainda mais realidade na vida dos cearenses, o trabalho não vai parar.”

(aplausos)

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS MELINA PINTO: Convidamos agora o Sr. José Carlos Asfor, Diretor de Engenharia e no exercício da presidência da Cagece para dar as boas-vindas.
(aplausos)

SR. JOSÉ CARLOS ASFOR (Diretor de Engenharia e no Exercício da Presidência): Bom dia, bom dia a todos, bom dia a todas. Em nome do presidente Neuri Freitas, eu gostaria de dar as boas-vindas a todos vocês. Gostaria também de estar aqui cumprimentando todos os nossos amigos e colaboradores da Cagece que participaram aqui com tanto afinho desse projeto. Cumprimentar aqui a Diretoria Executiva, parte dela está aqui, parte deve estar chegando. Eu gostaria também de cumprimentar nossos parceiros efetivos aqui do nosso trabalho, foi um trabalho que foi desenvolvido com bastante parceria, principalmente o pessoal da Manesco e da Fundace, são instituições de renome nacional que nos apoiam do início ao fim. Tenho certeza que estamos juntos e é muito importante destacar. Gostaria também de cumprimentar todos os



representantes aqui da sociedade civil, de demais órgãos, o pessoal do GTP, do CGPPP aqui do Estado, secretários, enfim.

Fica o meu cumprimento a todas as autoridades aqui presentes, nesse momento que é muito importante para todos nós, porque estamos vivenciando esse momento, essa etapa desse projeto de PPP, esse projeto é muito estratégico, não só para a Companhia de Água e Esgoto do Ceará, mas tenho certeza que para todo o povo do Ceará, para o governo do Estado do Ceará. Então, esse momento é importante, pois conseguimos estar aqui por ser estratégico o projeto, disseminando e abrindo a palavra para receber também todas as contribuições da sociedade civil, de demais órgãos, instituições, órgãos de controle. Isso só demonstra o papel da Cagece de transparência, de governança e de compliance em seus projetos. E está sempre abrindo para termos projetos mais robustos, otimizados e céleres. Então, essa etapa de fundamental importância, não só por uma obrigação legal, mas também por estarmos absorvendo tudo o que pudermos em termos de contribuições.

Vou falar um pouquinho do novo marco de saneamento. Acho que todos nós aqui, a grande maioria deve ser do setor, mas nada mais justo de estarmos aqui falando um pouco dessas nossas obrigações de cumprimento do novo marco. O saneamento vem atravessando uma nova etapa, desde 2020, com a nova lei de alteração. Obviamente, isso tem que ser interpretado de forma positiva, mas também nos traz obrigações legais de cumprimento de metas. Metas essas, inclusive, de universalização de prestação de serviços. Ou seja, nós teremos que ter cobertura e atendimento dos serviços. Estou frisando atendimento também, porque efetivamente é a interligação do cliente na rede. Até 2033, com relação a esgoto, em 90% e com relação à água, a mesma coisa, cobertura e atendimento, só que com métricas de 99%. Diante desse cenário, nós estamos em 2025, praticamente 2026 iniciando, e sabemos que sete anos no setor de saneamento, praticamente não é nada. Até porque foi um setor que veio crescer, e hoje está realmente em um momento de mudança, mas é um setor que passou muito tempo com certa estagnação de investimento. Então, nós vamos ter um pouco que compensar esses sete, oito anos que temos, realmente com mais celeridade e com projetos estratégicos. E, obviamente para se atingir tudo isso, nós entendemos, com plena certeza, que uma das formas efetivas é justamente através das PPPs.

Então, o principal ponto, o principal norte é estarmos otimizando a entrega dessa prestação de serviços para a população, através de uma modalidade também de contratação, na qual entendemos que podemos atuar em todo o Estado do Ceará, de forma efetiva, de forma



plena e ao mesmo tempo. Atualmente o município não vai poder esperar pelo outro. Então, a forma que temos de conseguir acelerar a entrega dessas metas.

E, obviamente, o nosso projeto exclusivo, aqui, de PPP, é um projeto que eu diria ser de grandíssimo porte. Não é o primeiro projeto de PPP, a Cagece já tem outro em andamento, já com obras, com metas já se cumprindo, com excelentes resultados. Mas é um projeto que eu gostaria de falar alguns números, eu acho que o vídeo aqui já falou, porém acho que é sempre importante estarmos colocando esses números.

Hoje o nosso projeto atual de PPP, abrange 24 municípios. Então, a Cagece atua em 152 municípios em todo o Estado. Então esse projeto aqui, dessa audiência pública, é para o atendimento, principalmente, de 10 unidades de negócio que vai compreender aproximadamente, aproximadamente não, 128 municípios do Estado, ou seja, com 128 da atual PPP com 24 da PPP que está em andamento, conseguimos cobrir, em termos de cobertura e atendimento, todo o estado do Ceará. Atuamos em 152 municípios de 184. Então, esse é um número que tem que ser bem colocado, porque acabamos atendendo a questão da universalização. Vamos atender 1,5 milhão de pessoas, ou seja, um público muito grande. Então são 10 unidades de negócio e são contratos que atuaremos por 28 anos. Isso traz uma segurança também para o projeto, pelo tempo de duração do mesmo e, obviamente, pelo tempo que conseguimos ter em... Quem tiver interesse em participar, em termos de amortização.

Já foi dito aqui, eu só vou ratificar, mas essa pode ser considerada hoje como a maior PPP do Brasil, se nós pensarmos em termos de Capex de Esgoto, não vou olhar nem a questão do Opex, das contraprestações, mas olhando diretamente o Capex, nós temos algo em torno de 7 bilhões de reais, ou seja, um número bastante expressivo, que é outra forma de entender que podemos obter muita atratividade em termos de mercado. Obviamente, esses 7 bilhões vão abranger o quê, de fato? Construção de novas estações de tratamento de esgoto, construção de novas estações elevatórias, novas linhas de recalque, novas redes coletoras, ligações prediais ordinárias, vamos dizer assim, que ficam normalmente na calçada do cliente, e também de ligações intradomiciliares, obviamente em algumas situações específicas e obedecendo ao que consta no contrato, em termos de aspectos sociais. Fora isso, teremos as questões de melhorias operacionais, recuperação de ativos, renovação de novas tubulações, além da operação em si, do dia a dia, do esgotamento nesses 128 municípios.

Obviamente, antes de tudo isso, temos a questão de projeto, que também está incluso, desapropriações, e também temos uma guinada de gestão comercial. Gestão comercial focada em



serviços de água, mas naquilo que interfere obviamente no volume e na geração de vazão de esgoto. Ou seja, substituição de hidrômetros, praticamente, atualização cadastral, acompanhamento de fontes alternativas de fornecimento de água. Ou seja, tudo aquilo que de alguma forma impacta na geração do efluente, também está incluso com relação à gestão comercial da água.

Eu gostaria também de falar um pouco de alguns pontos bem atrativos. Os ganhos, eu não vou entrar aqui, o vídeo já mostrou, nós falamos de ganhos técnicos, obviamente, mas, por trás disso, contabilizamos mais de 20 bilhões de ganhos indiretos, praticamente, em termos de saúde, em termos de turismo, em termos de geração de emprego. Então, tem toda uma guinada social e ambiental por trás. Não estamos olhando só um aspecto meramente técnico ou meramente legal de cumprimento de legislação. Os ganhos indiretos são enormes. O Diego, depois, vai detalhar mais. Gostaria de destacar alguns pontos para mostrar a grandiosidade desse projeto. Alguns eu até já falei. Primeiro, a expertise da Cagece. Não é o primeiro projeto da Cagece. Tivemos uma PPP anterior, com números também bastante expressivos, que pegou a região metropolitana de Fortaleza e a região metropolitana do Cariri, englobando 24 municípios. Já está contratada, em pleno andamento, com atendimento pleno em várias situações. Em vários municípios já estamos perto da universalização e outros os desafios são maiores. Mas o que interessa é que toda essa conformação técnica e jurídica, a Cagece já tem essa expertise. Obviamente que dessa vez também estamos atrelados, como já tinha falado anteriormente, a grandes parceiros de renome nacional, como é a Manesco, como é a Fundace, vinculada à USP. Então, grupo de técnicos e de profissionais que já estão acostumados a trabalhar com esse tipo de PPP, de infraestrutura de forma geral. Quando eu falo da expertise da Cagece, obviamente eu quero destacar a expertise do corpo técnico. Obviamente, o pessoal que já vinha trabalhando nisso, que já teve vivência em outros projetos, pessoas que se dedicaram. Em nome de todos que fazem a Cagece, porque foram diversas áreas que trabalharam com afinco, dia e noite, não dá para nominar todo mundo aqui, sob pena até de eu pecar aqui e esquecer algum nome. Mas, de fato, eu gostaria de citar principalmente o Diego e a Josy na condução também de todo esse trabalho. E eu sei que vários que estão aqui participaram diretamente toda hora. E a condução, em nome de vocês dois, eu gostaria de parabenizar todos que fizeram e participaram diretamente desse projeto.

Então, a expertise da Cagece, eu acho que é o primeiro ponto. Acompanhamento de toda uma consultoria especializada é o segundo ponto. Terceiro ponto, a robustez do projeto. Estamos

falando do maior projeto, atualmente no Brasil de PPP. Então, em termos de Capex de Esgoto aproximadamente 7 bilhões. Isso traz uma atratividade maior.

Outro ponto que eu gostaria de destacar, na verdade, são dois. É uma PPP com 28 anos, trazendo uma garantia de amortização desses investimentos. E, obviamente, tudo isso atrelado à renovação dos nossos contratos de concessão. Todos os contratos de concessão da Cagece, da companhia, estão renovados até 2055. Então, nessa linha de renovação, você dá uma garantia, obviamente contratual e legal de recebimento. E, ao mesmo tempo, o mercado absorve isso e tem esse tempo também para amortizar. Por isso, há dúvidas. **Por que não foi de 30 anos? Por que não foi mais ou menos.** Porque está atrelado ao nosso prazo da renovação dos nossos contratos de concessão, que vão até 2055. Diego, depois você pode dar uma detalhada maior.

Outro ponto que eu gostaria de destacar também, pessoal, é a questão de ter uma entidade reguladora única. Vamos ter uma única entidade reguladora, que é a Agência Reguladora do Estado do Ceará. Isso facilita e dá toda a segurança em termos de logística, até pela expertise que a própria Arce já existe, do seu corpo técnico também. E essa questão de logística, de acompanhamento também, isso vai facilitar muito o processo para quem enxerga o investidor que está vindo de fora.

Um outro ponto que destacamos é a possibilidade de receitas acessórias do projeto. Durante o transcorrer a pós-contratação, haverá possibilidade, obviamente, respeitando as regras contratuais e o que é dirimido dentro dos contratos, a possibilidade de receitas a serem contempladas acessórias, à parte do que é ordinário no objeto do contrato, com relação tanto à Cagece, como com relação à futura concessionária. Entendemos que é uma soma de fatores que traz uma garantia para o projeto. Fora a questão da microregionalização, que já está muito bem fundamentada aqui no Estado. Acho que foi em 2023, se não me engano. Não, 2021, desculpe. Isso já tem uma fundamentação, o Ceará despontou um pouco disso, tanto na questão das renovações dos seus contratos de concessão, como na questão da definição da microregionalização. Também trazendo mais segurança legal, jurídica e financeira para o projeto.

E aí, para não me alongar muito, porque acho que o que interessa mais aqui é o que nós vamos apresentar em termos de números, de projetos, de resultados. Mas, assim, é colocar aqui para vocês que muito mais além do que um cumprimento legal de uma métrica de universalização, a Cagece e o Governo do Estado entendem que esse projeto é fundamental para conseguirmos levar, muitas vezes, o que é tão básico, o que por muito tempo, em termos

nacionais, foi um grande desafio para cada cidadão do Ceará. E nós vamos poder ter essa oportunidade e por isso tratamos esse projeto de forma tão estratégica. Ele é estratégico por quê? Porque ele ratifica a renovação do compromisso da Cagece e do governo do Estado, com toda a sociedade do Ceará. Para está trazendo melhores condições de saúde, de habitabilidade, e principalmente de vida para todo o povo cearense que tanto merece, está bom?

Então, que tenhamos um bom momento de audiência e possamos estar contribuindo e também receber todas as contribuições, obviamente também vamos fazer uma análise naquilo que é pertinente e naquilo que não é pertinente. Mas eu acho que é um momento de podermos aproveitar para estar contribuindo com um projeto tão estratégico para o Estado do Ceará. Meu mundo obrigado. (aplausos)

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS MELINA PINTO: Convidamos agora o coordenador do projeto, Diego Oliveira, para apresentar. (aplausos)

SR. DIEGO OLIVEIRA (Gestor do Escritório de Projetos – Coordenador do Projeto de Novas PPPs): Bom dia a todos. A Melina já me apresentou me chamo Diego Oliveira. Estou como gestor do escritório de projetos e coordenador dessa importante iniciativa estratégica. É um projeto transformador que vai além da Cagece, ele vai mudar a realidade do Estado do Ceará, trazendo desenvolvimento, trazendo dignidade e trazendo saúde pública.

Hoje, nesse momento iremos debater e conversar com a sociedade sobre esse projeto para entender os anseios e as necessidades, para aperfeiçoar o projeto e garantir a universalização dos serviços.

É importante a participação da população por meio do QR Code, enviando as suas contribuições. Ela está fixada aqui na tela e também está no canal do YouTube, e ao fim da apresentação vamos estar analisando essas contribuições.

O que iremos debater hoje? Vamos falar sobre o projeto estratégico de prospecção de novas parcerias para universalização dos serviços de esgotamento sanitário, dos municípios das unidades de negócio no interior. Ele é um projeto que tem uma abrangência em quase todo território, ele vai de norte a sul do nosso Estado. Inicialmente estamos apresentando um pouco a governança do projeto. Temos o governo do Estado do Ceará, como responsável pelo estabelecimento de diretrizes legais e estaduais para a estruturação de PPPs. E o governo do Estado, ele tem implantado o Conselho de Gestor de Parcerias Públicas Privadas que atua fortemente na estruturação de projetos de PPPs e desestatizações. Temos o governo do Estado atuando na parte de autorização e aprovação do projeto, do edital e licitação para garantir a

conformidade desse projeto e aspectos legais do Estado e também a visão estratégica do Estado e como tomador de decisão.

Em seguida temos a Cagece como estruturadora desse projeto. A Cagece, ela é responsável pela estruturação e gestão do projeto; a Cagece atua como PMO, responsável por organizar e gerenciar o projeto. E a Cagece também é responsável pelos estudos técnicos e de engenharia e tomador de decisão no âmbito interno. E para isso, a Cagece não está só, ela conta com consultorias de renome nacional com muita expertise e *know-how* em projetos de concessões e PPPs. Nós temos o Escritório Manesco que atua em toda parte de estudos jurídicos, modelagem jurídicas e apoio institucional, afeta a questão jurídica do contrato; contamos também com a Fundace, Fundação de Estudos Econômicos, vinculados a USP de Ribeirão Preto que presta também todos os serviços de consultorias na parte de modelagem econômico-financeira, e apoio técnico econômico-financeira. A Fundace também atua avaliando as premissas e consistências de todos os cálculos e estudos técnicos realizados pela Cagece. E temos a B3, é a bolsa de valores que entra com o apoio no rito do edital da licitação, onde toda parte externa do evento é organizado pela B3. Com isso garantimos mais transparência e uma maior divulgação do projeto a nível nacional.

E no novo marco, a Cagece teve essa iniciativa em março de 2023 e a consulta está aberta até o dia 17, na próxima segunda-feira onde vamos receber todas as contribuições nesse formato.

Então para iniciar, o principal objetivo do projeto é universalizar o esgotamento sanitário nos municípios das regiões das unidades de negócio do interior, que envolve a concessão de serviços administrativos de esgotamento sanitário que são: obras, serviços e ampliação dos sistemas para a operação das redes de esgoto. E serviços da gestão comercial de água, que são aqueles serviços os quais compartilhamos com o parceiro privado, que tem *know-how*, tem experiência e vai trazer ganhos que vão impactar na remuneração atrelada a essas questões que afetam ao faturamento dos serviços de esgotos.

Esses serviços comerciais nós compartilhamos com o parceiro privado, como o José Carlos bem pontuou, isso é um forte atrativo porque os serviços ficam a critério e a responsabilidade do parceiro atuar junto a Cagece. O projeto contempla 128 municípios em todo Estado do Ceará no sistema que a Cagece opera e integra 10 unidades em negócio no interior.

E outro aspecto importante é de que tem um prazo bem elástico, o nosso prazo é de 28 anos é um prazo muito bom, comparado a outros projetos no país. Porque nós temos contratos com vigências até outubro de 2055.



Os serviços da concessão envolvem elaboração de projetos e estudos de engenharia. Atividades de licenciamento e de desapropriação; as melhorias que vão envolver reformas e substituição das unidades de esgotamento sanitários existentes; a universalização por meio da ampliação e implantação dos sistemas coletivos de esgotamento sanitário e também a possibilidade de utilização de soluções alternativas adequadas, conforme prevê o novo marco.

Temos a operação dos sistemas ao longo dos 28 anos e a manutenção, que seria a manutenção e renovação desses equipamentos ao longo do período do contrato, para manter o sistema em pleno funcionamento.

E aí alguns aspectos importantes. Temos alguns programas já previstos no projeto. Um dos programas importantes para nós não interessa só levar a obra, queremos que o usuário esteja interligado e faça aderência ao sistema. Então, dentro do projeto já está previsto um programa para ligação gratuita intradomiciliar; essa ligação intradomiciliar, a parte interna vai ser custeado pelo projeto, pela Cagece e pela PPP, para os usuários que têm menor poder aquisitivo. Então a ideia é aumentarmos essa adesão para que essa população de menor renda, possa ser beneficiada com esse tipo de ligação.

Vamos ter o programa de substituição de rede e ligação para trechos condominiais, materiais: cimento, amianto, manilha de barro vidrado. Esse tipo de rede é o que dá muito problemas hoje para muitos usuários de sistemas. Então até o ano três, todas essas redes serão substituídas. E a desativações de estações de tratamento por decanto de gestores e sistemas isolados, porque são muito antigos e são sistemas que já não atendem com a atualidade da legislação.

Com relação aos serviços comerciais, nós temos a substituição do hidrômetro, crucial para a manutenção do faturamento, a atualização do parque de hidrômetros e uma leitura precisa do volume consumido pelos usuários. E consequentemente do volume que é gerado para efeito de remuneração dos parceiros.

Transferências e deslocamento de hidrômetros; alguns hidrômetros são instalados na parte interna da casa. Isso dificulta e diminui a eficiência na leitura. Então todos esses usuários vão ter seus hidrômetros transportados para a parte externa. Pesquisa e verificação de fraudes e atualização cadastral, telemetria de clientes estratégicos, que é uma medição remota de grandes clientes, de grandes consumidores e clientes públicos de relevante interesse social e econômico. E implantação de sistema de hidrometração em fontes alternativas de abastecimento de água. 

Para entendermos a abrangência, em verde são os municípios que fazem parte do projeto, você pode ver que percorre todo Estado do Ceará. Ele está abrangendo as três microrregiões que nós temos implantadas: centro norte, oeste e centro sul. Dez unidades de negócios, 128 municípios, 210 distritos, são cerca de 300 localidades beneficiadas. E 1,5 milhão de cearenses beneficiados com o projeto de universalização.

Hoje a cobertura desse sistema, nós temos um enorme avanço para buscar e para alcançar. Temos uma cobertura com menos de 25%, a cobertura se refere a termos rede disponível e isso não quer dizer que o usuário esteja utilizando, porque ele tem aquele serviço disponível na calçada. Então isso aqui é levar infraestrutura, levar sistema.

E o atendimento é aquele cliente que ele deve aderir que deve utilizar. O nosso índice é mais baixo é de 15%, e tudo isso aqui temos que percorrer para atingir 90% até 2033.

Só voltando aqui pessoal: os municípios em branco são municípios operados diretamente pelo SAAE e prefeituras que não são objetos desse projeto.

Com relação aos números do projeto, nós temos 128 municípios, para concepção: 254 sistemas, sendo 144 sistemas coletivos e 110 sistemas individuais com soluções alternativas.

Da população beneficiada, quase 94% serão atendidas por sistema coletivo e 6 % com soluções alternativas. Aqui é um pouco o avanço da cobertura vemos que é uma curva ascendente, gradativa até 2033. E lá em 2033 atingindo a meta prevista da atualização do marco legal.

Com relação aos números vai ser necessário implantar 1.226 novas estações de bombeamento de esgoto e reformar 95. Será necessária a implantação 820 quilômetros de linha de recalque para transportar esse esgoto bombeado. Serão necessários 6.200 quilômetros de novas redes e a substituição de 93. Em relação aos usuários serão 467 mil novas ligações, sem a parte intra. Ou seja, a Cagece vai até a calçada, disponibilizando ali para os usuários. E os usuários que vão ter o benefício da ligação da parte interna serão mais de 134 mil novas ligações. Um objetivo de beneficiarmos a população de menor renda. Serão necessárias 1.211 áreas para desapropriar, 144 projetos e 40 quilômetros de emissários implantados. Que é o emissário para poder pegar o esgoto tratado e lançar adequadamente conforme a legislação.

Em relação à gestão comercial é necessária a substituição de mais de 3,3 milhões de hidrômetros ao longo do contrato. Transferência de hidrômetro em torno de 29 mil, deslocamento de hidrômetro 68 mil e telemetria de 1.536 clientes. 

Aqui estamos mostrando a evolução. Em todos os blocos temos que atingir 90% até 2033 e aqui é a cobertura com conexão, isso também já é um forte atrativo. Porque queremos deixar esse usuário já disponível, já com a caixa na calçada para ele poder se interligar. Então todos os blocos até 2033 tem uma curva de avanço dessa cobertura, mas atingindo essa universalização no ano previsto do marco legal.

Em relação ao atendimento também temos uma curva menos ascendente, mas todas as metas são de 90%, aqui nós temos que garantir o usuário ativo, aderindo ao sistema.

E aqui nós vamos para um panorama geral dos blocos. Temos o Bloco I Norte-Litorâneo, ele pega a região metropolitana de Sobral. E aí municípios mais acima nas praias oestes, nós temos aqui a praia de Jijoca de Jericoacoara, onde temos a praia de Jericocoara, os municípios de Cruz e de Acaraú. Nesse bloco são 23 municípios e hoje precisamos avançar de 26% de cobertura para 90% até 2033. Um investimento de esgoto de R\$ 983 milhões, um investimento comercial de R\$ 95 milhões e um Capex total de investimento de R\$ 1 bilhão.

Nós vamos agora ao Bloco II lá embaixo no Centro-Sul que pega ali os municípios que circundam a região metropolitana do Cariri, envolvendo grandes municípios como Acopiara, Tauá. E nesse bloco temos 31 municípios, uma cobertura que tem que passar de 14 para 90%, um investimento de esgoto de R\$ 1,3 bilhão. Um investimento comercial de R\$ 131 milhões e um Capex total de R\$ 1,44 bilhão.

O próximo é o bloco Centro-Leste, aqui nós temos o Sertão Central, Quixadá um dos principais municípios e nós temos aqui o Sertão de Jaguaribe e as praias leste: Aracati, Fortim e Beberibe. Esse bloco tem 23 municípios, onde iremos passar de uma cobertura de 26% para 90%. Vai ser necessário o investimento de R\$ 1,3 bilhão para esgotamento sanitário e um Capex de R\$ 130 milhões e um investimento total de R\$ 1,4 bilhão.

O próximo é o bloco IV, denominado 3 Climats-Maciço, onde pegamos a região do Maciço e região de Itapipoca. Nesse bloco nós temos 23 municípios e vamos passar de uma cobertura de 22% para 90%, um investimento de esgoto de R\$ 1,16 bilhão, um Capex comercial de R\$ 109 milhões e um Capex total de R\$ 1,27 bilhão.

Nós temos o bloco V, Sertão de Crateús e Ibiapaba. Assim como o nome já diz, pega a região de Crateús e os municípios da Serra de Ibiapaba. Temos 23 municípios nesse bloco e vamos passar de uma cobertura de 33 para 90%. Um investimento de esgoto de R\$ 1,5 bilhão, um Capex comercial de R\$ 152 milhões e um Capex total de quase R\$ 1,7 bilhão. 

Resumindo, nós temos cinco blocos nesse projeto no Estado do Ceará, Blocos de 1 a 5, onde hoje o resultado da cobertura é de 25% e precisamos levar para 90%. O Capex comercial de R\$ 618 milhões, um Capex de esgoto de R\$ 6,3 bilhão e um Capex total de R\$ 6,9 bilhões. Até o momento essa é a maior PPP de esgotamento sanitário em termo de investimentos lançados no país nos últimos anos.

Aqui, só mostrando a evolução do Capex, teremos um grande esforço até 2033 para atingir essas metas. Então o comportamento é semelhante porque temos essa obrigação legal, e essa distribuição e essa tendência segue em todos os blocos.

Aqui, é a evolução do Opex, também muito atrelada à adesão que envolve a questão da universalização, então temos uma curva ascendente e em 2033 atingiremos os maiores patamares em relação às despesas. Aqui no projeto estão às despesas e as principais são de pessoal e outras despesas. Nós temos despesas com energia elétrica, seguros e garantias, gestão comercial e solução alternativa individual.

O Opex total do Bloco I é de R\$ 979 milhões; no Bloco II de R\$ 1,2 bilhão; no Bloco III R\$ 1,36 bilhão; o Bloco IV R\$ 1,3 bilhão e o Bloco V de R\$ 1,16 bilhão.

Aqui, em relação à evolução das contraprestações, novamente. Temos essa influência por conta da meta do marco legal. Então nós temos essa curva avançando da forma de pagamento do parceiro, da remuneração que está atrelado ao avanço nas metas de universalização. Então em 2033 temos que esses tetos vão se estagnando, é a tendência para todos os blocos.

E aqui em termo de remuneração, temos no Bloco I, a parcela fixa que está atrelada aos investimentos e a remuneração que o parceiro recebe por executar esses investimentos, no Bloco I são R\$ 2,7 bilhões, a parcela variável que é responsável por remunerar os custos e despesas operacionais é em torno de R\$ 1 bilhão para o Bloco I, totalizando R\$ 3,7 bilhões. O Bloco II tem uma parcela fixa de R\$ 3,7 bilhões, uma variável de R\$ 1,3 bilhão, e uma remuneração total de R\$ 4,95 bilhões. O bloco III tem uma fixa de R\$ 3,6 bilhão e uma variável de R\$ 1,4 e um total R\$ 5 bilhões. No bloco IV R\$ 3,2 bilhões na fixa, 1,2 bilhões na variável e 4,4 no total. E o bloco V R\$ 4,3 bilhões na fixa, R\$ 1,6 bilhões na variável e R\$ 5,9 bilhões no total.

Aqui, são os grandes resultados financeiros do projeto. O Bloco I tem uma contraprestação fixa, uma remuneração total de R\$ 2,7 bilhões, uma variável de R\$ 1,04 e o preço unitário de metro cúbico de esgoto que serve para remunerar a parcela variável de R\$ 3,96 por metro cúbico coletado. 

O Bloco II tem uma fixa de 3,7 bilhões; uma variável de 1,3 bilhão e um preço unitário de R\$ 4,59. O Bloco III tem uma fixa de 3,65 bilhões; 1,4 bilhão variável e o preço unitário de R\$ 4,05.

O Bloco IV tem uma fixa de 3,2 bilhões; uma variável de 1,19 bilhão e um unitário de R\$ 3,99. E o Bloco V tem uma fixa total de 4,3 bilhões; uma variável de 1,7 bilhão e um preço unitário do metro cúbico de esgoto de R\$ 4,33.

Aqui nós temos um preço de referência para a parte de operação e custo variável das soluções alternativas que são R\$ 429 por serviços realizados de forma preventiva.

O nosso projeto, ele tem uma Tir igual WACC de 7,72 e que está calibrado com os outros projetos no âmbito nacional.

Em relação aos benefícios econômicos-sociais. Esse projeto não impacta somente no setor de saneamento, mas também diretamente em todos os demais setores da sociedade. Então realizamos um estudo, onde pegamos uma taxa de desconto social que leva em consideração o aspecto da poupança externa, privada e investimentos privados. Aplicando essa taxa sobre esses preços, temos aqui os benefícios indiretos e financeiros para a sociedade vão ser de um pouco mais de R\$ 27 bilhões, nos aspectos de saúde, trabalho, imóveis, impostos e turismos. E aplicando essa mesma taxa para os custos do projeto, tudo a valor presente, nós temos um custo de R\$ 6,1 bilhões. E quando eu faço um balanço eu tenho o saldo de R\$ 21,5 bilhões. Então para mostrar a relevância e a importância desse projeto, não só para saneamento, mas para mudar as condições do território do Ceará trazendo dignidade, trazendo saúde pública e transformando a dinâmica dessas regiões.

Com relação ao edital, ela se dar nos termos da nova lei das licitações é uma concorrência pública internacional pela Lei 14.133, o julgamento vai ser pelo menor somatório das contraprestações. Aqui um resumo das contraprestações: R\$ 3,7 bilhões no Bloco I; R\$ 5 bilhões no Bloco II; R\$ 5,1 bilhões no bloco III; R\$ 4,4 bilhões no Bloco IV e R\$ 5,9 bilhões no Bloco V, um total de contraprestação de R\$ 24 bilhões.

Com relação à participação, poderão participar qualquer pessoa jurídica incluindo entidades e previdências; instituições financeiras; fundo de investimentos, consorciados ou não; operadores privados de saneamento; empresas do ramo civil podem participar do edital. É necessária uma garantia da proposta para a participação do leilão com os valores: Bloco I R\$ 6 milhões; Bloco II e III R\$ 8 milhões; Bloco IV R\$ 7 milhões e Bloco V R\$ 9 milhões. 



Aspectos gerais da licitação. Isso aqui é o rito que vai acontecer junto com B3. Então a licitação é realizada pela Comissão de Licitação lá na B3, vamos ter lá um momento para o recebimento das propostas e um momento da sessão pública. Um dia antes da sessão pública divulgaremos a ordem sequencial dos blocos que vão para o leilão. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições e critérios do edital. Haverá uma classificação provisória das propostas em seguida, ou seja, disputa de lances em viva voz só vai poder participar quem deu até 20% superior em relação à classificada em 1º lugar.

Diretriz primária do edital após essa classificação: cada bloco será adjudicado preferencialmente a um licitante diferente. Licitantes classificados em 1º lugar em mais de um bloco, devem ao final dessa disputa selecionar o bloco de sua preferência e manifestar sua intenção de desistência em relação aos demais. Passado todo esse trâmite podemos ter uma diretriz secundária, que é uma fase de alocação de blocos remanescentes, que aí um licitante pode adjudicar até dois blocos no total do leilão.

Alguns requisitos de destaques: estamos solicitando o atestado da higidez do plano de negócio, por ser certificador independente, para garantir a robustez desse plano de negócio durante essa etapa. E uma qualificação técnico-operacional que as empresas devem apresentar que captou nos últimos 18 anos, recursos para investimentos em infraestruturas de qualquer setor. No Bloco I essa exigência é de R\$ 377 milhões; no Bloco II R\$ 503 milhões; no Bloco III R\$ 498 milhões; no Bloco IV R\$ 443 milhões e no Bloco V R\$ 588 milhões.

Não serão aceitos os atestados menores do que R\$ 50 milhões e pelo menos um dos atestados tem que ter 50% da qualificação total exigida. Além disso, será necessária uma qualificação técnico-profissional do responsável vinculada ao potencial licitante e que esse profissional deve demonstrar experiência em cargos executivos de operação de sistemas de coletas domiciliar e tratamento de esgoto em municípios com no mínimo 150 mil habitantes. E para checar isso, checamos pelo o resultado do censo do IBGE.

Condições para formalizar o contrato: constituição da SPE (Sociedade de Propósito Específico) e ressarcimento dos valores dos estudos e consultorias a Cagece que envolve as despesas com a Fundace, Manesco e B3. Além disso, o nosso contrato tem garantia de execução: do ano 0 ao ano 6 é exigido 1% do valor do contrato que está muito associado ao grande volume de investimentos que é feito nesse prazo. Do ano 6 ao ano 13 0,5%. Nós temos uma queda entre o ano 13 e o ano 20. E a partir do ano 20 volta a 1% que é para garantir a adequada manutenção e o funcionamento do sistema. 

E em relação à SPE ela precisa comprovar um capital social mínimo para constituir a SPE, a assinatura do contrato. No Bloco I serão R\$ 8 milhões exigidos; Bloco II e III R\$ 10 milhões; Bloco IV R\$ 9 milhões e o Bloco V R\$ 12 milhões. Temos operação assistida que pode ser de até 180 dias, prorrogável por um único período com mais 90 e deve ser constituído um Comitê de Transição. Nós temos aqui o plano de investimentos, que é uma condicionante para o encerramento da operação assistida.

O inventário de bens vinculados à concessão: a primeira versão deverá ser encaminhada a Cagece no prazo de 90 dias a partir da assinatura do contrato. E deve ser aprovado no máximo em 180 dias corridos nesse prazo da operação assistida. O inventário de bens também é vinculante para o encerramento da operação assistida.

Com relação a projetos básicos executivos, envio com no mínimo de 60 dias de antecedências do início da execução das obras para o poder concedente, no caso a Cagece, e a Cagece tem 30 dias para dar ciência ou pedir possíveis ajustes.

Seguros: a praxe praticada nesse tipo de projeto: risco de engenharia, riscos operacionais de concessões, responsabilidade civil geral, garantia de perfeito funcionamento do sistema e dar garantia para reversão do contrato.

O nosso contrato tem atuação do verificador independente e suas principais tarefas são: aferição dos indicadores de desempenho e cálculo do valor da contraprestação mensal. O contrato também prever todo um disciplinamento para a desapropriação, servidões e limitações administrativas. Nós temos o quadro de indicadores em três categorias: a universalização e atualização da micromedição eles estão atrelados a parcela fixa e o desempenho operacional atrelado a parcela variável. Na universalização o principal indicador é a ampliação da cobertura com conexão da rede de esgoto. Atualização da micromedição é um indicador de atualização da micromedição. No desempenho nós temos quatro objetivos: redução de perdas pelo indicador de fraudes, continuidade pelos indicadores de extravasamento de rede de esgoto, o indicador de continuidade em elevatórios e estações de tratamento de esgoto e o indicador de duração média dos reparos de extravasamento.

Com relação à qualidade, temos o indicador de eficiência no tratamento de esgoto e o indicador de regularidade ambiental. E satisfação do usuário: indicador de reclamação de esgoto e indicador de eficiência nos prazos de atendimento.

Explicando um pouco como é que se dar a contraprestação: temos uma contraprestação mensal ela envolve duas parcelas, a parcela fixa e a parcela variável. A parcela fixa ela remunera

os parceiros pelos investimentos e a remuneração por esses investimentos realizados. E a parcela variável pelos custos operacionais para a manutenção dos serviços. Na parcela fixa temos duas componentes: uma remunera os investimentos de esgoto onde tem esse VF que é o valor fixo mensal para remunerar os investimentos de esgoto, o indicador de universalização que serve para medir a eficiência no atingimento das metas e o fator C que é uma curva que depende exatamente da evolução da cobertura pra efeito de pagamento do valor fixo. A outra componente é associada aos investimentos na parte comercial, nós temos o QH que é a Quantidade de Hidrômetros que são substituídos de forma preventiva, o preço fixo do hidrômetro que é para remunerar os investimentos na substituição dos hidrômetros e o indicador associado a essa parcela que é o indicador geral de atualização da micromedição.

Com relação à parcela variável duas componentes: uma que vai olhar os sistemas coletivos e a outra as soluções alternativas. Na componente de soluções coletivas nós temos o preço unitário que é o preço unitário por metros cúbicos de esgoto coletado que é medida por 80% do volume micromedido de água, ou seja, aquele volume consumido registrado no hidrômetro, eu aplico um fator de 80% para saber qual é o volume que eu vou remunerar o meu parceiro. E eu tenho o volume de esgoto coletado que acabei de mencionar. E o indicador de desempenho operacional que serve para refletir como desconto em caso de não atingimento das metas e de eficiência.

Com relação à segunda parcela ela tem um preço unitário para as soluções alternativas que é por unidade para serviços preventivos de limpeza, transporte e disposição final com atendimento com soluções alternativas adequadas. E esse QL é quantidade de limpezas realizadas.

Aqui nós temos a receita adicional, o José Carlos já apontou muito bem, esse contrato permite a exploração de receitas acessórias com novos negócios entre os parceiros e a Cagece. E aqui vou frisar que a Cagece inclusive tem entrado nesse mercado, a Cagece já tem três novos negócios, três novas SPEs, também é um aspecto positivo pela experiência da Cagece com parcerização com o privado.

Aqui os valores que influenciam nessas parcelas fixas e variáveis: do reajuste da contraprestação mensal ele vai ser a cada 12 meses a partir da apresentação da proposta comercial na licitação. O índice utilizado para o reajuste é IPCA. Nós temos revisões ordinárias e extraordinárias. As ordinárias ocorrerão a cada cinco anos a partir da data de início de operação do sistema. E extraordinárias servirão para promover o reequilíbrio econômico-financeiro a

qualquer momento em face da materialização já verificada ou eminente de risco alocado ao poder concedente cujas consequências gerem prejuízos econômico-financeiros a qualquer parte e/ou a necessidade de adoção de providências urgentes.

O contrato tem garantia pública, é outro aspecto importante. Garantia pública cedida pela Cagece com a receita da Cagece por meio de conta vinculada e conta reserva. Então na conta reserva vai ficar o valor de 1,3 a contraprestação mensal que é garantida com arrecadação da Cagece. E também o contrato prever que novas alternativas como a disponibilização de fundos para esse tipo de garantia possam ser utilizadas. O contrato prever penalidades, intervenções, restrições contratuais por meio de advertência, multa, suspensão de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração, declaração de idoneidade e declaração de caducidade. Além disso, o contrato prever recomendações de diretrizes de padrões de governança social e ambiental, reversão dos bens vinculados e mecanismos de soluções de conflitos.

Aqui temos um aspecto importante que tem um Comitê Técnico da Universalização até o ano de 2033. É um comitê que serve para dirimir dúvida sobre obras e tudo que impactar em relação a isso, indicadores, cronogramas, planos de investimentos. Então esse comitê ele vai servir como comitê técnico para dirimir essas dúvidas, definir processos, procedimentos. Ainda temos o Comitê de Solução de Conflitos e Arbitragem, que é para litígios de natureza pecuniária e que não versa sobre interesses públicos primários.

Então essa é a apresentação. Aqui eu gostaria de reforçar o que o José Carlos já pontuou muito bem no início. Nós temos a maior PPP de investimento de esgotamento sanitário no país. A Cagece possui todos os seus contratos atualizados juridicamente até 2055. Temos um bom prazo de contrato de 28 anos. No Estado temos algo muito forte em relação a regulação, a Arce é um regulador único autorizado pelas microrregiões. Então isso uniformiza os procedimentos regulatórios no âmbito do Estado. Temos a experiência da Cagece com PPPs, já é a 3ª PPP da Cagece, além de toda uma estrutura já criada para fazer a gestão desses serviços. E temos também essa possibilidade de exploração de receitas com novos negócios e a Cagece já atua nesse mercado por meio de três parceiros estratégicos.

No mais é agradecer. E ainda vamos abrir para coletar contribuições. Eu vou chamar a Melina e em seguida estaremos respondendo e dirimindo possíveis dúvidas. Obrigado pessoal. (aplausos). 



ALECE

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ

CÉLULA DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E ANAIS

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS MELINA PINTO: Nós vamos dar dez minutos só para colher as perguntas e já retornaremos.

Em dois minutos voltamos, por favor, para seus lugares.

Convido o Diego para responder as perguntas.

SR. DIEGO OLIVEIRA (Gestor do Escritório de Projetos – Coordenador do Projeto de Novas PPPs): Nós vamos a primeira pergunta. O Pedro Tuzino da Terracom pergunta: **Como será o procedimento para a escolha entre as proponentes vencedoras para assunção de um possível bloco que não recebeu proposta, ou seja, deu vazio?**

R: Se no envio das propostas comerciais aquele bloco não tiver recebido proposta, naturalmente esse bloco estará vazio e não haverá mais disputa no leilão. E pode se dá vazio também por algum critério de não atendimento as exigências da qualificação como garantia da proposta e outros aspectos.

A próxima pergunta de Luciano de Sousa da Cagece ele pergunta: **Uma empresa pode ficar com quantos blocos?**

R: A diretriz primária é que cada empresa leve um bloco, porém podemos ter uma diretriz secundária que é no caso: o único licitante foi o melhor classificado em dois blocos, um dos blocos ele foi o único proponente e ele optou pelo bloco que tinha outros participantes. Então ele levou esse bloco e esse bloco que era o único licitante ele manifestou desistência, esse bloco não disputa na diretriz primária, ele vai para uma segunda diretriz secundária. Então nesse momento como ele é o único licitante, iremos chamar a diretriz secundária e esse participante levará esse bloco pelo qual mandou a proposta. Então na diretriz secundária cada licitante poderá levar até dois blocos.

André Sousa, AS Consultores. **Parabéns pela iniciativa, minha primeira pergunta: qual o peso total, o percentual do sistema de mensuração de desempenho sobre a contraprestação da concessionária?**

R: Para parcela fixa o preço está atrelado a performance do parceiro em realizar os investimentos. Então ele não tem associação do sistema de mensuração, não tem um percentual garantido, porque está associado exatamente a performance, a capacidade dele de investir associada as metas de universalização. Para parcela variável para garantir o funcionamento do sistema e não parar e garantir uma contraprestação adequada para manter os serviços é adotado um fator de 0,90, limitado a essa parcela variável. 



A segunda pergunta do André - **Foi verificado o peso dessa solução de mensuração de desempenho na financiabilidade do projeto? Exemplo após o desconto máximo é possível continuar pagando todas as despesas do financiamento contratado?**

R: Estudamos e o limite ao qual chegamos é fixar em 0,90 para a parcela variável. Então esse é o teto mínimo que ele vai receber sobre a parcela variável e isso está associado a essa parcela. Então se ele atingir nota melhor que isso ele recebe 0,90 para manter a continuidade do sistema.

Ana Vitória Maciel Feijó, da Secretaria de Meio Ambiente: **Sobre investimentos, há previsão de soluções descentralizadas para comunidades rurais onde a implantação de rede convencional não é viável?**

R: Nós temos inúmeros distritos aqui previstos dentro do contrato, eles são urbanos por delimitações do IBGE e da própria prefeitura, mas eles têm uma característica rural. Nesses tipos de distritos é permissível a aplicação de soluções alternativas, mas isso está sob regulamentação e vamos observar tanto os normativos da ANA como os normativos da própria Arce para regulamentar essa utilização. Então sim, é possível nesse tipo de situação. Está previsto no contrato.

Sobre impacto ambiental pergunta da Ana Vitória: **Considerando que muitos dos 128 municípios atendidos possuem extensas áreas rurais, como o contrato prever a mitigação de impactos ambientais durante a implantação especialmente em termos de supressão vegetal, processos erosivos e proteção de corpos d'água?**

R: Vale lembrar que a Cagece ela só atua em áreas urbanas. Então o contrato da Cagece pega as áreas urbanas desses municípios, nós não ficamos com área rural. Mas em relação às obras, todo processo de licenciamento é submetido ao órgão ambiental competente. Seja ele municipal ou estadual e vai seguir esses critérios e condicionantes estabelecidos.

Próxima pergunta da Ana Vitória: **Quais os padrões de qualidade de efluentes tratados serão exigidos nas Etes (Estações de Tratamento de Esgoto) e como esses parâmetros foram definidos considerando a realidade das diferentes bacias hidrográficas no interior do Ceará?**

R: Temos que seguir a legislação, então hoje nós temos a Coema, iremos seguir isso e no próprio edital prever que o órgão ambiental, já estamos avisando que podem ser cobrados outros parâmetros podem ser definidos a depender da análise e das condicionantes estabelecidas pelo

órgão ambiental. Então isso aqui está previsto no caso do atendimento dessas condicionantes e observando a legislação e o que o órgão ambiental exigir para efeito de licenciamento.

Próxima pergunta do Pedro Tuzino da Terracom: **Quanto ao índice de atendimento afetar a performance, quais os instrumentos que serão utilizados para obrigar ao consumidor a conectar-se à rede? A concessionária precisa ter previsão legal para agir? A Cagece agirá de forma compartilhada?**

R: Primeira questão, o índice de atendimento o contrato ele prever inúmeros mecanismos para que o parceiro privado possa incentivar essa adesão, um dos mecanismos é o programa da ligação intradomiciliar que isso vai beneficiar inúmeros usuários que por questões financeiras não tem condições muitas vezes de instalar sua parte interna da ligação. Então esses custos estão dentro do projeto e serão ofertados gratuitamente para esse tipo de usuário. Serão mais de 130 mil usuários beneficiados nessa situação. O parceiro privado ele deve atuar com políticas de sensibilização, conscientização socioambiental, ele pode ter políticas comerciais para incentivar a adesão desses usuários, isso vai ser uma obrigação do parceiro privado. A Cagece é responsável por atuar junto a Arce e aos órgãos titulares para comunicar essas situações e buscar apoiar na resolução dessa problemática. Um dos instrumentos que vai servir para fortalecer e está em processo de discussão e possível regulamentação é a tarifa de disponibilidade, que é um forte incentivador para conseguirmos atingir a adesão. Outro aspecto interessante, muitas às vezes não temos adesão porque só era passada a rede. Nesse novo contrato o parceiro ele tem que passar a rede e a conexão. Isso vai facilitar para o usuário já está interligado ao sistema.

E a previsão legal é isso. Temos a tarifa de disponibilidade que está em discussão e regulamentação junto à agência reguladora e esse é um forte mecanismo para podermos garantir a adesão, mas só isso não é suficiente. É necessário conversar com a população, processo de educação ambiental, conscientização e sensibilização para podermos conscientizar esse usuário.

Então foram essas as perguntas. Reforçamos que a consulta pública estará aberta até o dia 17, próxima segunda-feira. As minutas dos documentos podem ser acessadas no portal da Cagece, nesse link: <https://www.cagece.com.br/ppp-esgoto/>. E as contribuições devem ser enviadas de forma oficial por meio de formulário disponibilizado. E todas essas respostas, inclusive da audiência pública, vão ser registradas e analisadas e respondidas junto com todas as contribuições da consulta. Todo esse material vai ser publicado no portal da Cagece nesse mesmo link. 



Eu queria aqui agradecer a todos a participação. E dizer que esse é um momento importante de discutir, de atender os anseios da população para podermos aprimorar e aperfeiçoar o projeto. (aplausos).

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS MELINA PINTO: Reforçamos que a consulta pública 01/2025, encerra-se em 17 de novembro de 2025, data limite para recebimento das contribuições e que deverão ser encaminhadas para o e-mail.

Agradecemos a presença de todos e tenham um bom dia.


Maria Marinalva Alves Gomes
Orient. Cél. de Taquigrafia, Revisão e Anais